

1 ATA DA 49ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL 2 DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

3 Aos oitodias do mês de julho de dois mil e vinte e um, em ambiente web, por
4 meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros
6 eleitos: **representantes da sociedade civil:** Fabrício Bogas Gastaldi
7 representante titular (Acontece Arte e Política LGBT+), Ana Ludvig, representante
8 titular (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Ricardo Maes, representante
9 suplente (Central Única dos Trabalhadores – CUT-SC), Maria Lúcia Haygert,
10 representante suplente (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade
11 Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Maria del Carmen, representante
12 titular (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa
13 Catarina – IMDH-UFSC), Daiane Possamai, representante titular (Instituto
14 Catarinense de Juventude – ICJ), Lucilene Binsfeld, representante titular (Central
15 Única dos Trabalhadores -CUT-SC), Isadora Conversano, representante titular
16 (Cáritas Brasileira), Rafaela Felipe Kohler (Centro de Direitos Humanos de
17 Brusque), Mariana Salvatti ((Acontece Arte e Política LGBT+), Vera Vargas
18 (Fórum de Mulheres do Mercosul -FMM) e **representantes governamentais:**
19 Fabiana de Souza (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social -
20 SDS), Josiane Melo (Secretaria de Estado da Administração Prisional e
21 Socioeducativa – SAP), Alexandre Boleslau (Secretaria de Estado da Fazenda –
22 SEF), Luciano Carmo Pereira (Secretaria de Estado da Fazenda – SEF); Ludmila
23 Malta (Secretaria de Estado da Saúde – SES), Fabiana Lopes Ribeiro (Secretaria
24 de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDE), Cláudio Márcio
25 Araújo da Gama (Secretaria da Casa Civil – SCC), Carolina Surita (Secretaria de
26 Estado da Segurança Pública – SSP) e **como convidados/as:** Erli Camargo
27 (Fundação Instituto Nereu Ramos – FINER); senhora Yara Hornke como membro
28 da Comissão Permanente de Monitoramento de Violações em Direitos
29 Humanos, Cyntia de Oliveira Nogueira Bastos (estagiária em Serviço Social da
30 Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos) e Tânia Slongo (
31 Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH). E, Manuela Ribeiro
32 (Secretária do CEDH/SC). **A plenária é aberta (1)** pelo Fabrício Gastaldi,
33 presidente eleito do CEDH, dando as boas-vindas a todos/as e, pediu para que a
34 Secretária fizesse a **leitura da pauta (2)**. Fabrício (Acontece) sugeriu uma
35 inversão na ordem de pauta, que ficou disposta do seguinte modo: **o item (5)**
36 **aprovação da Ata da 47ª reunião plenária logo após as justificativas de**
37 **ausências e o item (4.4) para o primeiro ponto do item 4.** A pauta é aprovada
38 por unanimidade. Na sequência foi feito o comunicado das **justificativas de**
39 **ausências (3)** apresentadas pelas conselheiras Celina (igentes) e da conselheira
40 Josiane (SAP). Nesse instante foi feita a **aprovação da ata da 47ª reunião**
41 **plenária do CEDH (4.0)**, por unanimidade. Dando prosseguimento foi iniciado o
42 **ponto (4.1) Inclusão de Intérprete de libras nas reuniões plenárias ordinárias**
43 **do CEDH-SC.** Fabrício (Acontece) abriu a palavra. A Secretária lembrou que este
44 ponto de pauta foi sugerido para professora Maria del Carmen (IMDH). Ana
45 Ludvig (CDH Brusque) comentou que essa discussão teve início no Fórum de
46 eleição da Sociedade Civil (último) onde houve a necessidade de auxílio deste/a
47 profissional e, complementou dizendo que essa era uma demanda vinda de
48 gestões anteriores. Por fim, Ana (CDH Brusque) mencionou que esse ponto não
49 foi adiante devido a questões financeiras, que em reunião anterior havia sido
50 proposto encaminhamento quanto a essa questão. Fabiana (SDS) se manifestou
51 dizendo que a proposta havia partido da mesma e, reiterou sua fala, sugerindo
52 que fosse oficializada a Pasta (SDS) quanto a essa demanda. Lúcia (IMDH)
53 complementou fala da Fabiana (SDS) e, propôs articular com os demais
54 conselhos para fazer uma solicitação conjunta. Fabiana (SDS) se encarregou de

55 levar essa demanda para reunião com o Conselho dos Direitos do Idoso -CEI.
56 Lucilene (CUT) e Cláudio Gama (SCC) reiteraram as falas anteriores.
57 **Encaminhamento: Oficializar pedido de intérprete de libras a Secretaria de**
58 **Estado do desenvolvimento social – SDS estendido aos demais conselhos.**
59 Fabiana (SDS) mencionou que uma das justificativas a ser apresentadas no
60 documento seria a transmissão ao vivo pelo canal do YouTube da Pasta, que
61 inclusive ficam arquivadas, abrangendo desta forma um público maior e, desta
62 forma, possivelmente estaria incluída as pessoas com deficiências. Dando
63 continuidade foi introduzido o **ponto (4.2) encaminhamentos realizados, ou em**
64 **andamento da reunião anterior.** A Secretária, Manuela iniciou esse ponto
65 sugerindo que a **criação de postagem** comunicando a *nova mesa diretora do*
66 *CEDH no facebook* do conselho ficasse, a cargo da Comissão de Comunicação.
67 O segundo ponto levantado na reunião anterior seria quanto a **organização dos**
68 **documentos do CEDH em pastas no drive** para facilitar acesso a todos. A
69 Secretária comunicou que as pastas já estavam compartilhadas com todos os
70 conselheiros. O terceiro informe seria quanto **ofício 023/2021 encaminhado a**
71 **Gerência de Benefícios, Transferência de Renda e Programas – GEBTP**
72 **solicitando informações quanto ao acesso ao auxílio emergencial das**
73 **pessoas em situação de rua**, fixado prazo de 10 (dez) dias para devolutiva. A
74 Secretária comunicou que foi enviado via SGPe, no dia 25/06, porém ainda não
75 havia sido dada a devolutiva. O quarto informe seria quanto a **ofício**
76 **encaminhado à Diretoria de Direitos Humanos – DIDH solicitando**
77 **informações e o resgate de todos os documentos do Comitê Intersectorial de**
78 **Monitoramento e Acompanhamento das pessoas em situação de rua –**
79 **CIAMP** além disso, que fosse feita rearticulação com todas as pessoas envolvidas
80 na época e, por fim a sua legalização. A Secretária informou que foi enviado
81 Ofício 024/2021 gerando número de processo SST 1848/2021. Fabiana (SDS)
82 pediu a palavra para fazer informe quanto ao assunto e lembrou que na última
83 reunião, havia se comprometido de conversar com a nova diretora de direitos
84 humanos, Larissa Crepaldi. Fabiana (SDS) comentou que como a diretora, recém
85 havia assumido o cargo ainda não tinha conhecimento do assunto, então pediu
86 para que a Gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos, fosse verificar
87 tal situação. Fabiana (SDS) mencionou conversa com a ex-diretora de Direitos
88 Humanos, Karina Euzébio, para que pudesse entender toda a situação e fazer a
89 busca pelos documentos. Complementou seu relato dizendo que a ex-diretora
90 confirmou que houve a realização de algumas reuniões, a existência de atas,
91 listas de presenças, confirmou que havia uma minuta de Decreto, e nomes dos
92 representantes governamentais e da sociedade civil e, inclusive que havia sido
93 feito estudo do impacto financeiro com gastos de diárias e passagens. Por fim,
94 Fabiana (SDS) se comprometeu a buscar esses documentos para a próxima
95 plenária, pois não dispôs de tempo suficiente para procurá-los em virtude de
96 inúmeras demandas, contando apenas com o auxílio de uma estagiária. Porém a
97 Gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos disse que estaria
98 subsidiando resposta da diretoria tanto ao CEAS quanto ao CEDH e, concluiu,
99 propondo a revisão da minuta de Decreto, assim como as pessoas envolvidas,
100 uma vez que todo esse trabalho estava parado há algum tempo. Continuando
101 seus informes, a Secretária do Conselho, lembrou de deliberação acerca de
102 elaboração de **nota sobre as questões indígenas e quilombolas a ser**
103 **encaminhada ao Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH**, onde foi
104 encaminhada Informação CEDH nº01/2021 ao Conselho Estadual dos Povos
105 Indígenas – CEPIn e Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes –
106 CEPA e por fim, o último ponto, a Secretária passou a palavra para o presidente
107 eleito Fabrício (Acontece) para fazer o informe acerca de deliberação na última
108 plenária sobre o **Decreto contra as novas formas de gênero em Santa**
109 **Catarina.** Fabrício (Acontece) lembrou que o Movimento Social envolvido com

110 essa questão resolveu não emitir nota e pediu para que os envolvidos, também
111 não o fizesse. Complementou seu relato justificando que essa ação (Nota), traria
112 maior ênfase ao assunto, ficando resolvido a judicialização por meio de uma Ação
113 Direta de Inconstitucionalidade -ADI no Supremo Tribunal Federal – STF pelo
114 Movimento. Fabrício (Acontece) sugeriu que ao invés da Nota, que fosse
115 solicitada uma audiência com o governador. Mariana (Acontece) complementou a
116 fala do Fabrício (Acontece) apresentando uma outra possibilidade de
117 encaminhamento que seria encaminhar nota para ser juntada na ADIe,
118 acrescentou ao seu relato que havia várias organizações articuladas para entrar
119 como **amicus curiae** nessa Ação, podendo o CEDH se manifestar perante o STF
120 a respeito do Decreto. Segundo Mariana (Acontece) essa nota não somente
121 reforçaria a Ação do Partido dos Trabalhadores (PT) como também a posição das
122 entidades que vão ajudar a levantar os argumentos contra esse Decreto. Cláudio
123 (SCC) sugeriu que a nota fosse encaminhada ao autor do processo e não
124 diretamente ao órgão julgador (STF). Mariana (Acontece) explicou que o CEDH
125 não teria legitimidade para encaminhar diretamente uma petição ao STF e, que
126 esse documento (nota) deve chegar pelo autor da ação ou por algumas das
127 entidades que irão atuar como *amicus curiae*. Lúcia Haygert (IMDH-UFSC)
128 sugeriu que o documento fosse encaminhado ao autor com cópia aos *amicus*
129 *curiae*. **Encaminhamento: Emissão de nota a ser encaminhado ao autor da**
130 **ação – Partido dos Trabalhadores com cópia aos amicus curiae.** Ludmila
131 (SES) lamentou a perda dos documentos pela SDS e disse que teria toda
132 documentação relativa ao CIAMP. Continuou seu relato dizendo que enviou
133 documento a Secretária para subsidiar elaboração de Ofício a ser encaminhado a
134 DIDH, reiterou sua fala da plenária anterior dizendo que havia feito pedido de
135 resgate do CIAMP também ao CEAS e ressaltou como indispensável pois seria “o
136 *único coletivo social que teria a voz deles*”. Por fim, sugeriu uma reunião com a
137 diretora de direitos humanos. Fabiana (SDS) reiterou sua fala inicial lembrando
138 que os documentos não haviam sido extraviados, que estaria em alguma pasta do
139 DIDH mas que não havia tido tempo para os procurar. Fabiana (SDS) se colocou
140 à disposição para estar agendando uma reunião com a nova diretora. Fabrício
141 (Acontece) informou que teve conhecimento nesta semana de um processo do
142 Comitê Intersectorial da População Migrante e Imigrante, e, pediu auxílio para
143 levantamento dessas informações para a próxima plenária. Fabiana (SDS)
144 mencionou haver na SDS uma Gerência de Políticas para Igualdade Racial e
145 Imigrantes – GEIRI que poderia estar ajudando. **Encaminhamento: Aguardar**
146 **devolutiva do Ofício encaminhado a Diretoria de Direitos Humanos e após,**
147 **solicitar reunião com a Diretora, Daniel (movimento) e Gerência de Políticas**
148 **para Mulheres e Direitos Humanos. Concomitantemente buscar informações**
149 **acerca do Comitê Intersectorial de Migrantes e Imigrantes.** Nessemomento
150 Maria del Carmen (IMDH-UFSC) fez um informe relativo a refugiados e
151 imigrantes, mencionado que havia sido aprovado no dia 29/06 uma resolução
152 reservando 10(dez) vagas para refugiados. Concluiu seu relato dizendo que não
153 tinha certeza se já havia sido publicado mas que estaria compartilhando a
154 Resolução no grupo do conselho. Dando prosseguimento a reunião foi iniciado o
155 **ponto (4.3) violência contra os movimentos populares.** Lucilene Binsfeld
156 (CUT-SC) iniciou seu relato dizendo ter observado uma crescente situação de
157 ameaças através de vídeos e redes sociais, agressões em participantes de
158 manifestações, citou o caso da vereadora agredida em Natal, nos grupos em que
159 participa. Descreveu dois vídeos que recebeu com envolvimento de autoridades e
160 incitação a violência. Por fim, sugeriu ser emitida nota e encaminhar ao Ministério
161 Público e órgãos de Segurança Pública. Fabrício (Acontece) propôs convidar o
162 Ministério Público e Defensoria Pública para reunião e deste modo, sejam
163 tomadas as devidas providências. Ricardo (CUT-SC) reiterou as palavras da
164 Lucilene (CUT-SC) dizendo que “*tudo o que contradiz o status quo há uma*

165 *crescente violência*". Complementou concordando com o Fabrício mencionando a
166 importância de articulação com o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do
167 Brasil – OAB para se posicionarem. Ricardo (CUT-SC) explicou que houve uma
168 desregulamentação com relação aos clubes de tiro, que teria como finalidade o
169 treinamento e a recreação. E, como o poder executivo não conseguiu alterar o
170 estatuto do desarmamento, conseqüentemente os clubes se proliferaram.
171 Continuou esclarecendo que o exército concede o porte a caçadores e
172 colecionadores e a Polícia Federal concede as licenças previstas no estatuto.
173 Finalizou seu relato dizendo que o governo federal está usando os clubes de tiro
174 para conceder o porte de maneira irrestrita e propôs conversa com o MP e a OAB
175 para cobrar destes a fiscalização nos referidos clubes. Mariana (Acontece)
176 sugeriu formalizar essas denúncias, tentar identificar as pessoas envolvidas, local,
177 situação, testemunhas, ter registros dessas situações, pois, a partir disso, seria
178 viável atuações no âmbito administrativo e judicial. Concluiu dizendo que o CEDH,
179 a partir dessa formalização das denúncias poderia fazer o encaminhamento ao
180 MP. Ana (CDH Brusque) concordou com as falas anteriores relatando que os
181 movimentos sociais têm sofrido bastante quando se pronunciam e, ao fato de se
182 dar ênfase e engajamento aos ataques quando respondidos. Concluiu
183 mencionando estar de acordo com os encaminhamentos dados. Fabrício
184 (Acontece) mencionou haver a necessidade de conhecimento técnico para
185 elaborar o documento. Cláudio (SCC) e Lúcia Haygert (IMDH) se manifestaram
186 sugerindo que fosse encaminhado o material para a Comissão específica.
187 Fabrício (Acontece) propôs que a Lucilene (CUT-SC) encaminhasse as denúncias
188 à Comissão específica para que esta pudesse trabalhar na elaboração de uma
189 minuta para posterior aprovação do grupo comum. Cláudio Gama (SCC) solicitou
190 à secretária do conselho que fosse encaminhado o material para o 1º Secretário,
191 apontando como uma de suas funções o acompanhamento dos trabalhos das
192 Comissões. Cláudio (SCC) comunicou que havia solicitado para a Secretária do
193 Conselho uma planilha de controle das Comissões e seus membros. Ficou
194 deliberado que o encaminhamento do material das denúncias fosse feito por meio
195 do e-mail do conselho e conjuntamente via grupo de WhatsApp. Na sequência a
196 senhora Maria Del Carmen (IMDH-UFSC) fez um breve relato acerca da confusão
197 que se cria em torno de Direitos Humanos e a legítima defesa. Complementou
198 dizendo que a sua preocupação quanto às armas, seria a incorporação nas
199 pessoas, o fato de que estar armado configura um direito humano. Finalizou
200 dizendo que o debate de um determinado assunto em uma Comissão remeteria
201 automaticamente para as outras comissões devido a característica orgânica
202 dessas. Fabrício (Acontece) sugeriu que fosse solicitada em reunião com o MP a
203 realização de Campanhas contra o uso de armas. Ludmila (SES) comentou da
204 importância do funcionamento das comissões, sugeriu que fosse feito
205 agendamento permanente das reuniões até o final do ano corrente e, mencionou
206 estar receosa quanto às formalidades a serem seguidas no Setor Público relativo
207 aos encaminhamentos das denúncias. Fabrício (Acontece) informou que o
208 Conselho seguirá todas as formalidades necessárias. **Encaminhamento: A**
209 **Comissão que trata do recebimento de denúncias – Comissão de**
210 **Monitoramento e Violação de Direitos Humanos ficou responsável pelo**
211 **recebimento do material e elaboração do documento (Ofício) a ser**
212 **encaminhado aos órgãos competentes, MPSC, DPE/SC e OAB/SC.** Dando
213 continuidade a reunião Fabrício (Acontece) iniciou **ponto 4.4** acerca do **projeto**
214 **de lei complementar nº 009/2021 que transforma cargos de**
215 **Comissários/Oficiais da Infância e Juventude em Oficiais de justiça.** Fabrício
216 (Acontece) informou que participou de reunião no dia 06 de julho no gabinete da
217 deputada Marlene Fengler na ALESC para discutir sobre esse ponto de pauta.
218 Continuou seu relato dizendo que havia um representante do Tribunal de Justiça
219 de Santa Catarina – TJSC, porém, quando questionado não se mostrava aberto a

220 diálogo. Concluiu dizendo que propôs convidar as pessoas envolvidas para o
221 diálogo e que fosse convocada uma audiência pública. Fabrício mencionou que a
222 ideia não foi bem recebida e manifestou sua estranheza quanto a pressa em
223 aprovar o projeto de lei complementar. Dando continuidade, Ricardo (CUT-SC)
224 iniciou seu relato informando que apesar de não ter comparecido a essa
225 reunião, que soube de seus desdobramentos e identificou a pessoa, a qual se
226 referiu o Fabrício (Acontece), como representante do sindicato dos Oficiais de
227 Justiça. Complementou sua fala mencionando ser oficial de justiça do TJ, e; que
228 teria conhecimento deste PL, desde setembro do ano anterior. Ricardo (CUT-SC)
229 explicou que parte da categoria seria a favor e outra parte, contra, sendo o
230 sindicato favorável e, devido a isso, estariam tentando passar o projeto sem
231 qualquer discussão. Continuou esclarecendo que o PLC se tratava da
232 transformação dos cargos de Comissário da Infância e Juventude, malha
233 protetora, que tratam das questões como, por exemplo: abrigamento,
234 encaminhamento de menor, menores em conflito com a lei e demais questões,
235 específicas do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. Sendo a intenção deste
236 PLC, a unificação do quadro funcional, onde os Oficiais de justiça passariam a
237 cumprir os mandados da infância e juventude e o restante das atribuições,
238 segundo Ricardo (CUT-SC) não estava muito evidente. Continuou seu relato
239 informando que no parecer do juiz Cláudio Figueiredo, as demais
240 responsabilidades dos Comissários seriam transferidas para o executivo
241 municipal e para o Ministério Público, sendo que este último ficaria
242 responsável pelas fiscalizações relativas a exploração sexual infantil. Ricardo
243 (CUT-SC) mencionou estar em diálogo com o gabinete do deputado Fabiano da
244 Luz e da deputada Carminatti e, informou que o tribunal teria contrariado os
245 pareceres técnicos da própria instituição, citando a Coordenadoria da Infância e
246 Juventude – CEIJ, contrária ao projeto, assim como, 16 (dezesesseis) juízes que
247 atuam exclusivamente na infância e juventude no estado que assinaram nota
248 pública contra aquele. Ricardo (CUT-SC) acrescentou que todos esses
249 documentos, anteriormente citados foram apensados no processo que instruiu o
250 PLC, porém, possivelmente por questões internas e de realocação orçamentária,
251 o TJSC resolveu encaminhá-lo com o apoio das categorias funcionais que irão
252 obter aumento remuneratório. Reiterou sua fala, dizendo que a aprovação desse
253 PLC resultaria em desfazer a malha da infância e juventude, representando um
254 ataque ao Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e ao Estatuto da
255 Criança e Juventude (ECA). Manifestou-se a favor da audiência pública e
256 comentou que havia conversado com a dra. Brigitte, juíza da infância da capital,
257 que se colocou à disposição para o diálogo. Finalizou seu relato expondo que o
258 oficial de justiça não teria aptidão técnica e mental para realizar o trabalho do
259 Comissário, especialidade dos profissionais da área de humanas. Fabrício
260 (Acontece) pediu para o Ricardo (CUT-SC) compartilhar todos os pareceres e
261 documentos que estiver em sua posse. Ricardo (CUT-SC) complementou
262 informando que haverá uma reunião ampliada do gabinete do deputado Fabiano
263 da Luz, com participação do gabinete da deputada Marlene Fengler, e diversas
264 entidades como por exemplo: entidade dos oficiais, Associação dos Conselhos
265 Titulares, Federação Catarinense de Municípios (FECAM), Comitê de Direitos
266 Humanos (CDH), Conselho Estadual da criança e adolescente (CEDCA),
267 Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e Tribunal de Justiça de Santa
268 Catarina (TJSC). Por fim, se voluntariou para participar dessa próxima reunião.
269 Fabrício (Acontece) comentou que o projeto deixa espaço de 12 (doze) meses
270 após sua aprovação para regularizar todas as atividades que ficaram para trás,
271 ficando determinadas funções sem ter destinação específica para quem as faça.
272 Maria Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) manifestou-se favorável com todas as
273 colocações feitas, porém lembrou que este problema seria maior no futuro, uma
274 vez que a formação dos Comissários passaria a ser na área do direito. Ricardo

275 (CUT-SC) reforçou a fala da Maria Lúcia (IMDH-UFSC) dizendo que um curso de
276 formação de 20 horas da academia judicial não irá substituir a formação
277 específica na área. **Encaminhamento: Enviar convite ao Conselho Estadual**
278 **da criança e adolescente (CEDCA) e Conselho Estadual da Assistência**
279 **Social (CEAS) para reunião conjunta.** Finalizando a reunião, foi iniciado o **ponto**
280 **(5) assuntos gerais.** Fabrício (Acontece) abriu a palavra. Cláudio Gama (SCC)
281 comunicou que recebeu pessoalmente denúncia de uma mãe, que está com uma
282 filha gestante com risco de vida. Continuou seu relato dizendo que a mãe da
283 denunciante solicitava a interrupção legal de sua gestação em virtude de estar
284 correndo risco de vida. Cláudio (SCC) informou que haviam sido procurados os
285 órgãos competentes, orientou-a a registrar a denúncia no disque 100, que foi feita
286 tentativa de agendamento de consulta com a defensoria do estado, onde foi
287 orientado a enviar e-mail a corregedoria, e; em 2(dois) dias resposta havia sido
288 dada. Complementou seu relato dizendo que havia enviado Ofício SEA
289 nº056/2021 ao defensor geral do estado solicitando resposta em 3 (três) dias
290 quanto ao agendamento de atendimento àquela. Cláudio (SCC) informou que o
291 posto de saúde do bairro onde a gestante reside negou atendimento assim como
292 o Hospital Universitário. Fabrício (Acontece) mencionou, não ter certeza da
293 existência de lei municipal que garante o aborto legal e seguro tanto de vítimas de
294 estupro quanto a gestantes com risco de vida. Maria Del Camen (IMDH-UFSC) se
295 dispôs a verificar como funcionava esse atendimento no H.U. Erli Camargo
296 (convidada) sugeriu diálogo com Comissão específica do Conselho Estadual dos
297 Direitos das Mulheres (CEDIM) que trata das questões das violências contra as
298 mulheres. Mariana (Acontece) citou a dra. Maristela e sua equipe multidisciplinar,
299 responsáveis pela realização do aborto legal no Hospital Universitário todas as
300 terças-feiras e, excepcionalmente nos demais dias em casos de urgência.
301 Complementou seu relato dizendo que existem poucos hospitais no estado que se
302 colocam como referência no serviço de aborto legal e que, o CEDH teria
303 legitimidade para provocar as políticas públicas que estão falhando e pensar
304 numa estratégia para reivindicar mais serviços. Concluiu propondo o
305 **encaminhamento de ofício a Secretaria de Estado da Saúde (SES)**
306 **reivindicando a ampliação dos serviços de interrupção legal da gestação.**
307 Por fim, relatou que o MPSC já havia demonstrado interesse em elaborar cartilha
308 sobre a interrupção legal de gestação no estado. Fabrício (Acontece) sugeriu
309 antes de fazer o encaminhamento da Mariana (Acontece) conversar com a
310 Comissão do CEDIM para ser tomadas ações conjuntas. Erli (convidada) sugeriu
311 iniciar a realização de reuniões conjuntas para ser discutidas pautas
312 convergentes. Fabrício (Acontece) lembrou do documento enviado pelo CNDH
313 encaminhado a todos pela Secretária para possíveis contribuições até o dia 20 de
314 julho, para encaminhamento de resposta. A Secretária do conselho, Manuela,
315 comunicou que o processo de nomeação estava na Secretaria de Estado da
316 Administração e que, a data prevista para a posse seria dia 26 de julho e que
317 qualquer mudança de data todos seriam avisados com antecedência. Fabrício
318 (Acontece) agradeceu a todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela
319 Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Fabrício,
320 presidente do CEDH/SC assinamos.